

COMPREENDER
AS POLÍTICAS
DA UNIÃO
EUROPEIA



Comissão
Europeia

Os pais fundadores da União Europeia





COMPREENDER AS POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA

*A presente publicação faz parte de uma coleção
que descreve a ação da União Europeia
em vários domínios políticos, as razões
da sua intervenção e os resultados obtidos.
Outros títulos disponíveis para descarregamento em linha:
http://europa.eu/pol/index_pt.htm*

Como funciona a União Europeia
«Europa 2020»: a estratégia europeia de crescimento
Os pais fundadores da União Europeia ✕

Ação climática
Agenda digital
Agricultura
Ajuda humanitária e proteção civil
Alargamento
Alfândegas
Ambiente
A União Económica e Monetária e o euro
Comércio
Concorrência
Consumidores
Cultura e audiovisual
Desenvolvimento e cooperação
Educação, formação, juventude e desporto
Emprego e assuntos sociais
Empresas
Energia
Fiscalidade
Fronteiras e segurança
Investigação e inovação
Justiça, cidadania e direitos fundamentais
Luta contra a fraude
Mercado interno
Migração e asilo
Orçamento
Pescas e assuntos marítimos
Política externa e de segurança comum
Política regional
Saúde pública
Segurança dos alimentos
Transportes

Compreender as políticas da União Europeia: Os pais fundadores da União Europeia

Comissão Europeia
Direção-Geral da Comunicação
Publicações
1049 Bruxelas
BÉLGICA

Manuscrito concluído em maio de 2012

Fotografias da capa e da página 2: © UE, Corbis

2013 — p. 28 — 21 x 29,7 cm
ISBN 978-92-79-28707-7
doi:10.2775/99451

Luxemburgo: Serviço das Publicações
da União Europeia, 2013

© União Europeia, 2013
Reprodução autorizada. As fotografias só podem ser
utilizadas ou reproduzidas mediante autorização prévia
dos titulares dos direitos de autor.

Os pais fundadores da União Europeia

Há mais de meio século, um certo número de líderes visionários inspiraram a criação da União Europeia onde vivemos hoje. Sem a sua energia e motivação, não estaríamos a viver na esfera de paz e estabilidade que hoje consideramos um dado adquirido. De combatentes da resistência a advogados, os fundadores da UE formavam um

grupo de personalidades provenientes de diferentes quadrantes que partilhavam o mesmo ideal: a criação de uma Europa pacífica, unida e próspera. A presente brochura descreve o percurso de 11 dessas personalidades. Muitas outras inspiraram o projeto europeu e contribuíram de forma incansável para a sua realização.



Konrad
Adenauer



Joseph
Bech



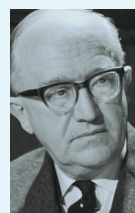
Johan Willem
Beyen



Winston
Churchill



Alcide De
Gasperi



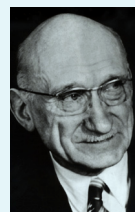
Walter
Hallstein



Sicco
Mansholt



Jean
Monnet



Robert
Schuman



Paul-Henri
Spaak

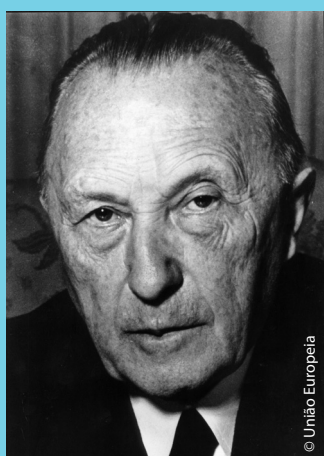


Altiero
Spinelli





Konrad Adenauer: um democrata pragmático e um unificador incansável



Konrad Adenauer 1876 – 1967

O primeiro Chanceler da República Federal da Alemanha, que se manteve à frente do novo Estado alemão entre 1949 e 1963, contribuiu, mais do que qualquer outra pessoa, para alterar a história da Alemanha e da Europa do pós-guerra.

Na sequência da Primeira Guerra Mundial, como muitos outros políticos da sua geração, Adenauer chegou à conclusão de que só era possível alcançar uma paz duradoura com uma Europa unida. A sua experiência durante o Terceiro Reich (foi afastado do cargo de burgomestre de Colónia pelos nazis) veio confirmar essa opinião.

Entre 1949 e 1955, Adenauer concretizou uma série de objetivos ambiciosos em matéria de política externa com o intuito de vincular o futuro da Alemanha à aliança ocidental: adesão ao Conselho da Europa (1951), fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952) e entrada da Alemanha na NATO (1955).

A reconciliação com a França foi um pilar fundamental da política externa de Adenauer. Em 1963, sob os auspícios de Adenauer e do Presidente francês Charles de Gaulle, é assinado um Tratado de amizade entre a Alemanha e a França, outrora acérrimos inimigos, que assinala um ponto de viragem histórico e constitui um dos marcos do processo de integração europeia.

Na política alemã

Konrad Adenauer nasce na cidade católica de Colónia, a 5 de janeiro de 1876, numa família humilde, onde o pai incute ordem e disciplina. Em 1904, o seu casamento com a filha de uma influente família de Colónia põe-lo em contacto com os políticos locais, motivando-o a participar ativamente na vida política. Enquanto membro do partido católico «Zentrum» e graças ao seu grande talento político, faz um percurso brilhante, sendo nomeado burgomestre de Colónia em 1917. É nessa qualidade que participa em grandes projetos, como a construção da primeira autoestrada da Alemanha entre Colónia e Bona, ficando conhecido pela sua determinação e resolução. Afastando-se das convicções políticas extremistas que atraem tantas pessoas da sua geração, Adenauer empenha-se em cultivar nos seus concidadãos a diligência, a ordem, a moral e os valores cristãos.

No final dos anos vinte, o Partido Nazi inicia uma campanha de difamação contra Adenauer, acusando-o de nutrir sentimentos antigermânicos, esbanjar os fundos públicos e simpatizar com o movimento sionista. Quando, em 1933, depois de os Nazis tomarem o poder, Adenauer se recusa a decorar as ruas da cidade com suásticas para uma visita de Hitler, é demitido do cargo e as suas contas bancárias são congeladas. Sem emprego, casa ou rendimentos, fica dependente da caridade dos amigos e da igreja. Apesar de evitar chamar as atenções durante a guerra, é preso por diversas vezes e, após o malogrado atentado contra a vida de Hitler em 1944, é encarcerado na prisão da Gestapo em Brauweiler, perto de Colónia.

Quando a guerra termina, os americanos reintegram Adenauer no cargo de burgomestre de Colónia, mas os britânicos demitem-no pouco tempo depois, quando a cidade passa a estar sob o seu comando. Com essa demissão, Adenauer fica mais livre para se dedicar à criação da União Democrata-Cristã (CDU), esperando unificar os alemães protestantes e católicos num único partido. Em 1949, torna-se o primeiro Chanceler da República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental). Dados os seus 73 anos, pensa-se que irá ocupar o cargo apenas por um curto período de tempo. Contudo, Adenauer (a quem chamavam «Der Alte», ou seja, «O Velho») permanece em funções durante 14 anos. Aquele que tinha sido o burgomestre mais jovem da história da Alemanha será também o seu chanceler mais idoso. Sob a sua liderança, a Alemanha Ocidental torna-se uma democracia estável, reconcilia-se com os países vizinhos e recupera alguma da sua soberania com a integração na comunidade euroatlântica emergente (NATO e Organização Europeia de Cooperação Económica).



Adenauer cumprimenta Charles de Gaulle, 1961

Contributo para a integração europeia

A experiência de Adenauer durante a Segunda Guerra Mundial tornou-o um político realista. A sua opinião sobre o papel da Alemanha na Europa foi fortemente influenciada pelas duas guerras mundiais e pela secular animosidade entre a Alemanha e a França. Concentrou, pois, a sua atenção na promoção da ideia de cooperação pan-europeia.

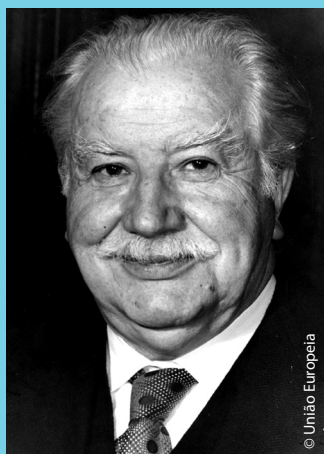
Adenauer foi um grande defensor da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, lançada com a Declaração Schuman, a 9 de maio de 1950, e também do posterior tratado que criou a Comunidade Económica Europeia, em março de 1957.

Para Adenauer, a unidade europeia era essencial para uma paz e uma estabilidade duradouras. Foi por isso que não se poupou a esforços para promover a reconciliação da Alemanha com os antigos inimigos, sobretudo a França. Em 1963, o Tratado do Eliseu, também conhecido como Tratado da Amizade, selou a reconciliação com a França e proporcionou uma base sólida para as relações que puseram termo a séculos de rivalidade entre os dois países.

Graças ao seu talento político, à sua determinação e ao seu pragmatismo, bem como à visão clara que tinha do papel do seu país numa Europa unida, Adenauer contribuiu para que a Alemanha se tornasse uma sociedade livre e democrática. Atualmente, a democracia e a liberdade não só são inquestionáveis como estão profundamente enraizadas na sociedade alemã moderna.

Konrad Adenauer é uma das figuras mais notáveis da história europeia. Para Adenauer, a unidade europeia não era apenas uma forma de assegurar a paz, mas também um meio para reintegrar a Alemanha pós-nazi na vida internacional. A Europa, tal como hoje a conhecemos, não teria sido possível sem a confiança que Adenauer inspirava nos outros Estados europeus graças à coerência da sua política externa. A sua obra continua a ser reconhecida pelos seus compatriotas que, em 2003, o elegeram «O maior alemão de todos os tempos».

Joseph Bech: como um pequeno país pode influenciar decisivamente a integração europeia



Joseph Bech 1887- 1975

Joseph Bech foi o político luxemburguês que ajudou a criar a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço no início da década de cinquenta e um dos principais arquitetos da integração europeia nos últimos anos da mesma.

Foi um memorando conjunto dos países do Benelux que levou à convocação da Conferência de Messina em junho de 1955, preparando o caminho para a Comunidade Económica Europeia.

A experiência de viver no Luxemburgo durante as duas guerras mundiais levou Bech a constatar até que ponto um pequeno Estado isolado entre dois vizinhos poderosos podia ficar impotente e a perceber a importância de uma abordagem internacional e da cooperação entre os Estados para garantir a estabilidade e a prosperidade da Europa. Bech ajudou a criar a união do Benelux entre a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo, uma experiência que se revelou muito útil quando do desenvolvimento das instituições europeias. O processo de formação dessa união entre três pequenos Estados é, desde então, considerado um protótipo da própria União Europeia.

Juventude e ascensão política

Joseph Bech nasce a 17 de fevereiro de 1887, em Diekirch, no Luxemburgo. Estuda direito em Friburgo, na Suíça, e em Paris, em França. Depois de se licenciar em 1914, começa a trabalhar como advogado e, nesse mesmo ano, é eleito para a Câmara dos Deputados luxemburguesa pelo recém-constituído Partido Cristão.

Bech assume o cargo de Ministro dos Assuntos Internos e da Educação em 1921 e de Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura em 1926. Durante o seu mandato como Primeiro-Ministro, entre 1926 e 1936, a crise financeira mundial eclode. Bech tem consciência da importância das exportações para a economia de um país. O Luxemburgo está muito dependente da Alemanha, o seu principal parceiro comercial, e Bech tenta limitar o mais possível essa dependência. É ao tentar expandir os mercados para a indústria siderúrgica luxemburguesa que Bech negocia, pela primeira vez, uma cooperação económica

e aduaneira mais estreita com a Bélgica e, depois, com os Países Baixos. Esses esforços dão um contributo essencial para a formação do Benelux durante a Segunda Guerra Mundial.

Segunda Guerra Mundial

Quando a Alemanha nazi invade o Luxemburgo, a 10 de maio de 1940, Joseph Bech é obrigado a exilar-se, juntamente com vários outros ministros e a Chefe de Estado, a Grã Duquesa Charlotte, formando um governo no exílio, em Londres. É na sua qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros que assina o Tratado do Benelux em 1944. A experiência adquirida com a criação de uma união económica que promovia a livre circulação de trabalhadores, bens, capitais e serviços na região, viria a ser útil para a constituição da Comunidade Económica Europeia.

Ao longo de toda a sua carreira, Bech permanece marcado pela memória da Primeira Guerra Mundial e da crise subsequente, durante a qual o Luxemburgo correu o risco de ser absorvido pelos países vizinhos. Esse sentimento de impotência leva-o a ser um árduo defensor de uma abordagem internacional.

Joseph Bech representa assim o Luxemburgo em todas as negociações multilaterais realizadas durante e após a Segunda Guerra Mundial, incentivando os seus compatriotas a aceitarem a adesão do Grão-Ducado às organizações internacionais então criadas: Benelux em 1944, Nações Unidas em 1946 e NATO em 1949.

A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

Em 9 de maio de 1950, Joseph Bech é Ministro dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo. Ciente da necessidade de congregar os seus vizinhos através de acordos económicos e políticos, acolhe com entusiasmo a proposta de criação uma Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, apresentada pelo seu homólogo francês, Robert Schuman. Bech sabe que esta dará ao Luxemburgo as oportunidades de que o país necessita, bem como um lugar e uma voz na Europa. Consegue, além disso, que a sede da Alta Autoridade da Comunidade do Carvão e do Aço fique localizada no Luxemburgo, reforçando assim ainda mais a importância do país no plano europeu.

Bech apoia igualmente os planos de criação de uma Comunidade Europeia de Defesa. Esses planos são rejeitados pela França em 1954, mas essa rejeição está longe de pôr fim à integração europeia.

A Conferência de Messina

De 1 a 3 de Junho de 1955, Joseph Bech preside à Conferência de Messina, que mais tarde levaria ao Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Económica Europeia. A conferência centrava-se no memorando apresentado pelos três países do Benelux, sendo Joseph Bech representante do Luxemburgo. O memorando combinava os planos francês e neerlandês, que

propunham a realização de novas atividades nos setores dos transportes e da energia, em especial da energia nuclear, e a criação de um Mercado Comum geral, realçando a necessidade de uma autoridade comum com poderes efetivos. Com base na experiência do Benelux e da Comunidade do Carvão e do Aço, os três ministros dos Negócios Estrangeiros propõem um plano que desenvolvia uma ideia apresentada pelo ministro neerlandês Johan Willem Beyen, que recomendava a cooperação económica como forma de realizar a unificação europeia. Esse documento, denominado «Relatório Spaak» em referência ao ministro belga Paul-Henri Spaak, Presidente do Comité que o elaborou, serviu de base à Conferência Intergovernamental que redigiu os tratados relativos ao mercado comum e à cooperação no domínio da energia atómica, assinados em Roma, a 25 de março de 1957.



Bech com uma máquina de filmar, num momento de descontração durante a Conferência de Messina, em 1955

Em 1959, Bech renuncia à pasta dos Negócios Estrangeiros, cargo que ocupava desde 1929. Entre 1959 e 1964, preside à Câmara dos Deputados. Abandona a vida política aos 77 anos de idade e morre, 11 anos depois, em 1975. Pelo seu papel na unificação da Europa, é hoje considerado um dos pais fundadores da União Europeia, tendo dado um excelente exemplo de como um pequeno país como o Luxemburgo pode desempenhar um papel decisivo na cena internacional.

Johan Willem Beyen: um plano para um mercado comum



Johan Willem Beyen 1897- 1976

Banqueiro, empresário e estadista internacional, Johan Willem Beyen foi um político neerlandês que, com o seu «Plano Beyen», deu um novo impulso ao processo de integração europeia, em meados da década de cinquenta.

Beyen é um dos «Fundadores» da União Europeia menos conhecidos. Entre as pessoas que com ele lidavam, era admirado pela sua afabilidade e à-vontade nas relações sociais e pela sua vocação internacional.

Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Beyen deu um contributo importante para o processo de unificação europeia. Tanto no seu país como no resto da Europa, conseguiu convencer forças, até aí relutantes, a aceitarem a integração europeia. O «Plano Beyen» consistia numa proposta de criação de uma união aduaneira e de estabelecimento uma ampla cooperação económica, no âmbito de um mercado comum europeu. Os elementos fundamentais do plano foram, assim, efetivamente consagrados nos Tratados de Roma, em 1957, constituindo, desde então, um aspeto fulcral da União Europeia.

Infância e Juventude

Johan Willem (Wim) Beyen nasce a 2 de maio de 1897, em Utrecht, nos Países Baixos. Filho de uma família abastada, tem uma infância despreocupada, com uma educação internacional centrada na literatura e na música. Inicia a sua carreira no setor financeiro nacional e internacional, depois de se licenciar em Direito na Universidade de Utrecht, em 1918. Começa por ocupar um cargo no Ministério das Finanças dos Países Baixos, mas, em 1924, muda-se para o setor empresarial e bancário, vindo a ser presidente do Banco de Pagamentos Internacionais e diretor da empresa britânico-neerlandesa de bens de consumo Unilever.

Segunda Guerra Mundial

Durante a Segunda Guerra Mundial, Beyen trabalha no exílio, em Londres, enquanto o seu país natal está ocupado pela Alemanha

Nazi. Em 1944, desempenha um papel importante na Conferência de Bretton Woods que lança as bases de uma estrutura financeira internacional para o pós-guerra. A partir de 1946, representa os Países Baixos no conselho de administração do Banco Mundial e, a partir de 1948, exerce as mesmas funções no Fundo Monetário Internacional.

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Beyen é Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos nos anos de reconstrução que se seguem à Segunda Guerra Mundial. Durante a guerra, convence-se da importância da cooperação económica regional para evitar que a crise financeira dos anos trinta se repita. Os líderes europeus do pós-guerra começavam a perceber que os horrores da guerra e das crises

económicas só podiam ser ultrapassados através da cooperação internacional. Embora existissem iniciativas centradas na busca dessa cooperação a nível mundial, Beyen acreditava que era possível ir mais longe através da cooperação regional. Os primeiros passos rumo à cooperação económica foram dados em 1948, com o Plano Marshall. Este avultado pacote de ajuda americana à Europa exigia que os países europeus coordenassem os assuntos económicos no âmbito da OCDE. Na sequência da Declaração Schuman de 9 de maio de 1950, é criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1952, com o objetivo último de tornar impossível uma nova guerra na Europa.



Beyen na Conferência de Messina, onde apresentou o seu plano de cooperação económica na Europa

O Plano Beyen

Beyen considerava, contudo, que era possível uma cooperação ainda mais estreita entre os países europeus. Na altura, parecia-lhe difícil conseguir uma integração política, pelo que optou por tentar persuadir os seus interlocutores nacionais e internacionais de que se poderiam fazer mais progressos através do reforço da cooperação económica, acreditando que a unificação política viria depois. É com base nesta ideia que elaborou o Plano Beyen. Dada

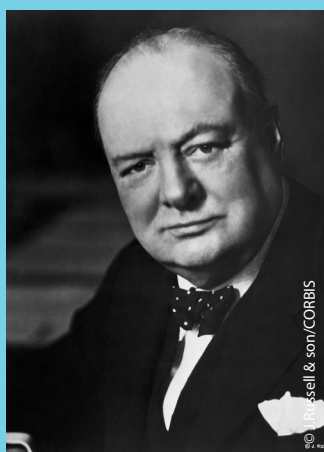
a sua experiência no setor financeiro e bancário internacional, sabia que problemas como os entraves comerciais e o desemprego não eram facilmente resolvidos a nível nacional e exigiam uma abordagem mais internacional. Apesar da resistência e, mesmo, de alguma oposição aberta no seio do Governo neerlandês, consegue apresentar o seu plano nas negociações sobre a Comunidade Europeia de Defesa e nas conversações sobre a Comunidade Política Europeia no início da década de cinquenta.

Um mercado comum

O Plano Beyen começou por obter pouco apoio, sobretudo porque o Governo francês de então não estava interessado no reforço da integração económica. Contudo, quando a planeada Comunidade Europeia de Defesa não foi avante porque o Parlamento francês decidiu não ratificar o tratado, a situação muda. Uma vez que não haveria nem comunidade de defesa, nem comunidade política, surge um impasse e o Plano Beyen regressa ao centro das atenções. O plano defendia a ideia de que era necessária a plena cooperação económica, não só no domínio do carvão e do aço, mas a nível geral. A solução residiria, assim, num mercado comum para todos os setores, a exemplo da cooperação estabelecida entre a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo no acordo do Benelux, em 1944. Os países do Benelux, sob a orientação do ministro belga Paul-Henri Spaak, associaram as ideias de Beyen ao plano francês relativo a uma Comunidade da Energia Atómica. Em 1955, Beyen apresenta os seus planos na Conferência de Messina, explicando que a unidade política não era concebível sem um mercado comum, com alguma partilha de responsabilidades em matéria de política económica e social, e uma autoridade supranacional. Esta ideia encontrou eco nas de outros participantes na Conferência, levando seis países a assinarem os Tratados de Roma em março de 1957 e a criarem a Comunidade Económica Europeia e a Euratom.

O papel desempenhado por Beyen tem sido frequentemente negligenciado nos últimos anos, mas o seu trabalho contribuiu para o processo de integração europeia na década de cinquenta, valendo-lhe um lugar entre as figuras proeminentes a quem hoje chamamos «Fundadores» da União Europeia. Johan Willem Beyen é recordado como a pessoa que deu um novo impulso ao projeto europeu, quando esse impulso era mais necessário.

Winston Churchill: o apelo à criação dos Estados Unidos da Europa



Winston Churchill 1874 - 1965

Winston Churchill, antigo oficial do exército, repórter de guerra e Primeiro-Ministro britânico (1940-1945 e 1951-1955), foi um dos primeiros a preconizar a criação dos «Estados Unidos da Europa». Depois da Segunda Guerra Mundial, acreditava que só uma Europa unida poderia assegurar a paz. O seu objetivo era eliminar definitivamente as «doenças» europeias do nacionalismo e do belicismo.

Churchill apresentou as suas conclusões, extraídas da experiência histórica, no seu famoso «Discurso à juventude académica», proferido na Universidade de Zurique em 1946: «Existe um remédio que (...), em poucos anos, poderia tornar toda a Europa (...) livre e (...) feliz. Trata-se de reconstituir a família europeia ou, pelo menos, a parte que nos for possível reconstituir e assegurar-lhe uma estrutura que lhe permita viver em paz, segurança e liberdade. Devemos criar uma espécie de Estados Unidos da Europa.»

Assim, o impulsionador da coligação contra Hitler tornou-se um militante ativo da causa europeia.

Sir Winston Churchill ficou também conhecido como pintor e escritor, tendo sido galardoado com o Prémio Nobel da Literatura em 1953.

Infância e Juventude

Winston Churchill nasce a 30 de novembro de 1874, na aristocrática família Spencer-Churchill dos duques de Marlborough, mas de uma mãe nascida na América. Após uma infância privilegiada, Churchill inicia os seus estudos em 1888, em Harrow, uma escola masculina de elite em Londres. Não foi um aluno brilhante e não gostava especialmente da vida escolar.

Quando termina o liceu, em 1893, só à terceira tentativa é que consegue passar o exame de admissão a Sandhurst, a Real Academia Militar. No entanto, concluído o período de formação, dá início a uma carreira militar que nos cinco anos seguintes o leva a combater em três continentes, a ganhar quatro medalhas e uma Ordem de Mérito, a escrever cinco livros e a conquistar um lugar no Parlamento, tudo isto antes dos 26 anos de idade.

Carreira política

Paralelamente à sua carreira no exército britânico, Churchill é também correspondente de guerra. Durante a cobertura da Guerra dos Boers, na África do Sul, a sua fuga de um campo de prisioneiros é amplamente publicitada na imprensa. Quando regressa a Inglaterra, em 1900, lança-se na carreira política. É eleito para o Parlamento, integra vários governos e ocupa o cargo de ministro do Interior e Primeiro-Lorde do Almirantado (ministro responsável pela Marinha). Em 1915, é obrigado a demitir-se na sequência do malogro de uma campanha militar, decidindo regressar ao exército, onde comanda o 6.º Batalhão dos Fuzileiros Reais Escoceses nas trincheiras de França. Quando em 1917 é constituído um novo governo, torna-se ministro do Material Bélico. Nos anos que se seguem, até 1929, Churchill passa por todos os cargos ministeriais mais importantes, exceto o de ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em 1929, Churchill afasta-se do seu partido, o Partido Conservador, iniciando o período da sua vida que ficou conhecido como «Wilderness Years» (anos de travessia do deserto), durante o qual continua a escrever, tornando-se um autor de artigos e livros muito produtivo e publicado. Churchill é uma das raras pessoas que reconhecem precocemente, muito antes do início da Segunda Guerra Mundial, a crescente ameaça que Hitler representa, e o primeiro a exprimir as suas preocupações.



Churchill faz o «V» da vitória durante um discurso no Congresso da Europa realizado em Haia, em 1948

Segunda Guerra Mundial

Em 1939, com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, as previsões de Churchill tornam-se realidade. Em 1940, Churchill assume o cargo de primeiro-ministro e dirige a Grã-Bretanha durante os difíceis anos da guerra, incentivando o povo britânico a ter esperança e determinação com os seus discursos inspirados. A sua firme recusa de considerar a possibilidade de derrota ou de negociar com os Nazis galvaniza a resistência britânica, sobretudo no início da guerra, quando a Grã-Bretanha é o único país a opor-se ativamente a Hitler. Ainda assim, perde as eleições depois do fim da guerra. Não perde, todavia, a sua capacidade de interpretar corretamente eventos futuros, como prova o famoso discurso que proferiu em Fulton, no Missouri, sobre a ameaça dos comunistas soviéticos, no qual cunhou a famosa expressão «Cortina de Ferro».

Os «Estados Unidos da Europa»

Em 1946, Churchill profere outro discurso famoso, na Universidade de Zurique, no qual preconiza a criação dos «Estados Unidos da Europa», instando os europeus a virarem as costas aos horrores do passado e a olharem para o futuro. Declara que a Europa não se pode dar ao luxo de continuar a arrastar o ódio e o desejo de vingança suscitados pelas feridas do passado e que a primeira medida para reconstituir a «família europeia» da justiça, da clemência e da liberdade era «criar uma espécie de Estados Unidos da Europa. Só dessa forma centenas de milhões de trabalhadores poderão recuperar as alegrias e esperanças simples que dão sentido à vida».

O Conselho da Europa

Com o seu apelo à construção dos Estados Unidos da Europa, Churchill foi um dos primeiros defensores da integração europeia para evitar que se repetissem as atrocidades das duas guerras mundiais, exortando à criação de um Conselho da Europa como primeira etapa. Em 1948, reúnem-se, em Haia, 800 delegados de todos os países europeus, com Churchill como presidente honorário, num grandioso Congresso da Europa.

Este congresso conduz à criação do Conselho da Europa, a 5 de maio de 1949. A primeira reunião do Conselho da Europa conta com a presença do próprio Churchill. O seu apelo à ação pode ser considerado como um impulso para o reforço da integração, que foi posteriormente acordado na Conferência de Messina, em 1955, seguida, dois anos depois, da assinatura do Tratado de Roma. É igualmente Churchill quem, pela primeira vez, evoca a ideia de um «exército europeu» destinado a proteger o continente e a apoiar militarmente a diplomacia europeia. Em 1959, uma década depois de Churchill ter defendido a ideia pela primeira vez, é criado o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Ao oferecer ao povo da Europa a inspiração que uniu os aliados na luta contra o nazismo e o fascismo, Winston Churchill tornou-se um impulsor da integração europeia e um combatente ativo pela sua causa.

Alcide De Gasperi: um mediador inspirado em defesa da democracia e da liberdade na Europa



Alcide De Gasperi 1881 - 1954

Entre 1945 e 1953, na sua qualidade de Primeiro-Ministro e de Ministro dos Negócios Estrangeiros da Itália, Alcide De Gasperi traçou o destino do seu país nos anos do pós-guerra.

De Gasperi nasceu na região de Trentino-Alto Adige (Tirol do Sul), que, até 1918, fez parte da Áustria. Como outros grandes estadistas do seu tempo, foi um ativo defensor da unidade europeia. A sua experiência do fascismo e da guerra (esteve preso entre 1927 e 1929, antes de obter asilo no Vaticano) levou-o a concluir que só a união da Europa poderia evitar a repetição dos mesmos erros.

De Gasperi promoveu repetidas iniciativas para a unificação da Europa Ocidental, colaborando na realização do Plano Marshall e criando estreitos laços económicos com outros países europeus, em especial com a França. Apoiou ainda o Plano

Schuman para a fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e contribuiu para desenvolver a ideia de uma política europeia comum de defesa.

Infância e Juventude

Alcide De Gasperi nasce a 3 de abril de 1881, filho de um agente da polícia com poucos meios. Cresce na região de Trento, que era então uma das regiões de expressão italiana do grande agrupamento plurinacional e multicultural de nações e povos do Império Austro-Húngaro. Como não existiam universidades italianas que pudesse frequentar com uma bolsa de estudos, vai para Viena em 1900, a fim de estudar Filologia. Nessa cidade, torna-se um militante ativo do movimento católico estudantil. Durante os anos de estudo, aperfeiçoa as capacidades de mediação que lhe serão depois tão essenciais nos seus anos de atividade política. Considera, por exemplo, que encontrar soluções para os problemas é mais importante do que guardar rancores e que o fundamental é a substância e não a forma. Terminado o curso em 1905, regressa a Trentino, onde trabalha como repórter para o jornal *La Voce Cattolica*. Nessa altura, começa também a militar ativamente na *Unione Politica Popolare del Trentino* e, em 1911, é eleito para representar a região na Câmara de

Representantes Austríaca, utilizando esse lugar para lutar pela melhoria dos direitos da minoria italiana.

A experiência da Primeira Guerra Mundial e as «Idee Ricostruttive»

Embora mantenha a neutralidade política durante a Primeira Guerra Mundial, De Gasperi simpatiza com os esforços do Vaticano para pôr fim à guerra. Quando esta termina em 1918, a região natal de De Gasperi passa a fazer parte da Itália. Um ano depois, De Gasperi é cofundador do Partido Popular Italiano (*Partito Popolare Italiano* – PPI), pelo qual é eleito deputado em 1921. Com o aumento do poder dos fascistas no governo de coligação liderado por Mussolini, que recorrem abertamente à violência e à intimidação contra o PPI, o partido é ilegalizado e dissolvido em 1926. O próprio De Gasperi é preso, em 1927 e condenado

a quatro anos de prisão. Ao fim de 18 meses é libertado graças à intervenção do Vaticano, que lhe concede asilo e onde trabalha 14 anos como bibliotecário. Durante a Segunda Guerra Mundial, escreve «Idee ricostruttive» (Ideias para a reconstrução), texto que virá a constituir o manifesto do Partido da Democracia Cristã, fundado secretamente em 1943. Após o colapso do fascismo, De Gasperi mantém-se na liderança do partido e assume o cargo de primeiro-ministro entre 1945 e 1953, em oito governos consecutivos. Até à data, este recorde de longevidade política na história da democracia italiana não foi superado.

Papel na integração europeia

Durante a denominada «era De Gasperi», a Itália reconstruiu-se, com a promulgação de uma Constituição republicana, a consolidação da democracia interna e a adoção das primeiras medidas de reestruturação económica. De Gasperi é um defensor entusiástico da cooperação internacional e, como responsável pela maior parte da reconstrução da Itália no pós-guerra, acredita que a Itália necessita de recuperar o seu papel na cena internacional. Envida, por isso, esforços com vista à criação do Conselho da Europa e convence a Itália a participar no Plano Marshall americano e a aderir à NATO. Ao mesmo tempo que mantém uma forte cooperação com os Estados Unidos, o país tem um dos maiores partidos comunistas da Europa Ocidental.

Democracia, concórdia e liberdade

De Gasperi acreditava que a Segunda Guerra Mundial tinha ensinado a todos os europeus a seguinte lição: «o futuro não será construído através da força, nem do desejo de conquista, mas sim mediante a aplicação paciente do método democrático, o espírito construtivo da concórdia e o respeito pela liberdade». Foram estas as palavras que proferiu ao receber, em 1952, o prémio Carlos Magno pelo seu empenhamento na defesa da causa europeia. Esta visão explica a sua rápida resposta ao apelo feito por Robert Schuman a 9 de maio de 1950 em prol de uma Europa integrada, que levou à fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) um ano depois. Em 1954, De Gasperi torna-se o primeiro Presidente da Assembleia Parlamentar da

CECA. É também um dos defensores e proponentes do projeto para uma política europeia comum de defesa, que acaba por não se concretizar.

A Comunidade Económica Europeia

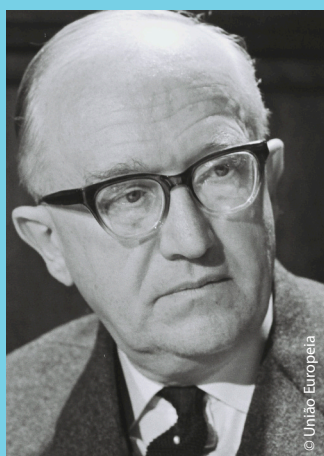
Durante as primeiras etapas do caminho para a integração europeia, Alcide De Gasperi desempenha o papel de mediador entre a Alemanha e a França, que tinham estado divididas por quase um século de guerra. Nos últimos anos da sua vida, é também uma força inspiradora no processo de criação da Comunidade Económica Europeia. Embora não tenha vivido o suficiente para ver a sua concretização (morreu em agosto de 1954) o seu contributo foi amplamente reconhecido por ocasião da assinatura dos tratados de Roma, em 1957.

As suas origens, a sua experiência do tempo de guerra, o facto de ter vivido sob o fascismo e de pertencer a uma minoria incutiram em Alcide De Gasperi uma forte consciência de que a unidade europeia era necessária para sarar as feridas de duas guerras mundiais e ajudar a evitar que as atrocidades do passado se repetissem. Motivava-o a visão clara de uma União da Europa que não substituiria os diversos Estados, mas permitiria que estes se complementassem entre si.



De Gasperi cumprimenta o Chanceler Alemão Konrad Adenauer em Roma, em 1953

Walter Hallstein: uma força diplomática para uma rápida integração europeia



Walter Hallstein 1901 - 1982

Walter Hallstein foi o primeiro Presidente da Comissão Europeia, de 1958 a 1967, um europeísta convicto e um defensor decisivo da integração europeia.

Enquanto Presidente da Comissão Europeia, Hallstein empenhou-se na criação rápida do mercado comum. O seu entusiasmo, a sua energia e o seu poder de persuasão contribuíram para a causa da integração, mesmo passado o período da sua presidência. Durante o seu mandato, o processo de integração avançou significativamente.

O antigo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros alemão conquistou pela primeira vez reconhecimento internacional na década de cinquenta, com a chamada «doutrina Hallstein», que influenciou a política externa alemã durante longos anos e que tinha como ideia central a integração da jovem democracia na Europa Ocidental.

Infância, juventude e experiência em tempo de guerra

Walter Hallstein nasce a 17 de novembro de 1901, filho de um inspetor de obras públicas protestante, na cidade de Mainz, no sudoeste da Alemanha. Depois de terminar os estudos no liceu local, segue Direito e Ciência Política em Bona, Berlim e Munique. Em 1925, conclui a licenciatura e começa a trabalhar como assistente na Universidade de Berlim. Em 1927, torna-se examinador na Universidade de Rostock, no norte da Alemanha, qualificando-se como professor associado na mesma universidade em 1929. Um ano depois, é nomeado Professor Catedrático de Direito Privado e das Sociedades, lugar que ocupará nos dez anos seguintes, tornando-se um especialista no seu domínio, um académico respeitado e um professor universitário de renome internacional. Mais tarde, em 1942, quando desempenha as funções de professor catedrático na Universidade de Frankfurt, é mobilizado para o exército alemão, não obstante a sua oposição ao nazismo. Após a invasão dos aliados, em 1944, é levado para um campo de prisioneiros de guerra nos Estados Unidos, onde cria uma universidade improvisada para instruir os outros prisioneiros sobre a lei e os direitos que lhes assistiam.

Depois da guerra, é nomeado vice-reitor da Universidade de Frankfurt e, em 1948, a Universidade de Georgetown convida-o para exercer funções como professor convidado. Enquanto um dos primeiros académicos alemães convidados para uma universidade americana, a experiência vivida nos Estados Unidos reforça a sua convicção de que a Alemanha deveria aderir às iniciativas internacionais destinadas a reforçar os laços entre as democracias após a Segunda Guerra Mundial. A adesão a alianças internacionais como as Nações Unidas e a NATO é, a seu ver, fundamental para o regresso da Alemanha à cena internacional.

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

As grandes competências diplomáticas de Hallstein, a sua consciência da necessidade de uma unidade europeia, os seus conhecimentos especializados e a sua experiência na matéria levam Konrad Adenauer, então Chanceler da Alemanha, a nomeá-

lo chefe da delegação que, na Conferência Schuman, em 1950, conduz as negociações sobre a formação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Nesse período, Hallstein mantém uma estreita colaboração com Jean Monnet, o seu homólogo francês, concluindo ambos rapidamente que partilham convicções fundamentais sobre a necessidade da integração europeia para que a Europa volte a prosperar.

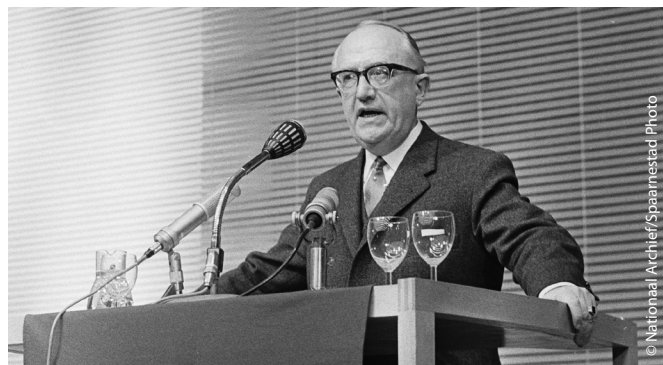
Em 1951, Adenauer nomeia Hallstein secretário de Estado do Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros. No âmbito destas funções, Hallstein participa não só na constituição da CECA, mas também na tentativa de criar uma Comunidade Europeia de Defesa para unificar o orçamento, as políticas de armamento e as forças armadas dos países da Europa Ocidental. Hallstein participa igualmente nas negociações com Israel sobre o pagamento de indemnizações ao povo judeu e desempenha um papel importante na definição da estratégia de relações externas da Alemanha. A posteriormente denominada «doutrina de Hallstein», de 1955, traduzia-se num acordo político rigoroso que impedia a Alemanha Ocidental de estabelecer relações diplomáticas com os Estados que reconhecessem a Alemanha Oriental (República Democrática Alemã).

A Comunidade Económica Europeia

Para Hallstein, o malogro da tentativa de criar a Comunidade Europeia de Defesa, em 1954, constituía uma enorme e real ameaça para a segurança da Alemanha e da Europa Ocidental, visto que a União Soviética teria mais facilidade em expandir a sua influência numa Europa dividida. Hallstein concentra, por isso, as suas energias no processo de integração económica e não no de integração política, tornando-se um firme defensor da unidade europeia através da constituição de uma Comunidade Económica Europeia. Os primeiros passos na via dessa integração económica, que permitiria a livre circulação de pessoas, bens e serviços, foram dados na Conferência de Messina, em 1955. Apesar de, inicialmente, Hallstein pretender uma integração geral e o mais rápida possível, a realidade política da época ajudou-o a reconhecer que uma fusão gradual dos mercados dos Estados-Membros seria mais vantajosa para todos. Em 1958, o Tratado de Roma entra em vigor e Hallstein é escolhido para exercer o cargo de primeiro Presidente da Comissão da Comunidade Económica Europeia.

Presidência da Comissão

Apesar de ter percebido que a integração não se iria fazer tão depressa quanto gostaria, enquanto Presidente da Comissão, Hallstein foi um importante impulsionador do rápido processo de integração que se seguiu. Por exemplo, durante o seu mandato, o chamado «período de Hallstein», iniciou a consolidação do direito europeu, que viria a ter grande impacto na legislação nacional. Como defensor de uma Europa federal dotada de uma Comissão e de um Parlamento fortes (para evitar que a União ocupasse constantemente uma posição secundária em relação aos governos nacionais), é evidente que tinha um objetivo para a Comunidade Europeia: a concretização da visão de uma Europa unida descrita na Declaração Schuman de 9 de maio de 1950. Nessa altura, porém, o Presidente francês Charles De Gaulle tinha uma opinião diferente: enquanto Hallstein considerava que se deveria constituir uma federação, o que implicava uma cedência de grande parte das competências e poderes nacionais à União, De Gaulle acreditava que a Europa devia optar por uma confederação, tornando-se uma «Europa de Estados», com a manutenção de mais poderes nos Estados-Membros. As crescentes divergências entre o Governo francês e os outros Estados-Membros a respeito de várias questões relacionadas com esta diferença



Intervenção de Hallstein na qualidade de Presidente da Comissão Europeia nos Países Baixos, em 1965

fundamental de pontos de vista conduziram à «crise da cadeira vazia», em 1965, tendo a França retirado temporariamente os seus representantes das instituições europeias, até se chegar a um compromisso.

Sem a energia e o entusiasmo de Hallstein, as suas competências como negociador e a sua grande capacidade de persuasão, a célere integração europeia observada durante o seu mandato não teria sido possível.

Sicco Mansholt: agricultor, combatente da resistência e um verdadeiro europeu



Sicco Mansholt 1908 - 1995

Sicco Mansholt foi agricultor, membro da resistência neerlandesa durante a Segunda Guerra Mundial, político nacional e o primeiro Comissário Europeu responsável pela agricultura. As suas ideias serviram de base à Política Agrícola Comum da União Europeia, uma das políticas mais importantes desde a sua fundação.

Tendo testemunhado os horrores da fome nos Países Baixos no fim da Segunda Guerra Mundial, Mansholt acreditava que a Europa se devia tornar autossuficiente do ponto de vista alimentar e garantir a todos um abastecimento estável de alimentos a preços razoáveis.

O principal elemento do plano de Mansholt para a Política Agrícola Comum inicial era incentivar a produtividade agrícola. A política previa a criação de sistemas que garantiriam aos agricultores um determinado preço mínimo para os seus produtos, incentivando-os a produzir mais. A sua determinação na defesa da causa europeia e a sua nítida visão do futuro, associadas à vontade de construir um destino comum, fizeram com que fosse considerado um verdadeiro europeu pelos seus contemporâneos.

Infância e Juventude

Sicco Mansholt nasce a 13 de setembro de 1908, numa família empenhada em causas sociais e que gere uma próspera exploração agrícola em Groningen, uma província do norte dos Países Baixos. O pai é membro ativo do Partido Socialista Holandês e um importante conselheiro do partido em assuntos agrícolas. A mãe, filha de um juiz, é uma das primeiras mulheres neerlandesas a estudar Ciência Política na universidade e organiza frequentes reuniões políticas para mulheres.

Terminado o liceu, Mansholt quer ser agricultor, mas o pai, que já tinha pago o arrendamento de uma exploração para o seu irmão, não o pode ajudar. Esperançado, todavia, em fazer carreira na agricultura, Mansholt parte para as Índias Orientais Holandesas, atual Indonésia, onde começa a trabalhar numa plantação de chá. Contudo, não consegue habituar-se ao sistema colonial e regressa aos Países Baixos em 1936. Um ano depois, obtém um lote de terra em Wieringermeer, uma região de polder, casa-se e vive como agricultor até deflagrar a Segunda Guerra Mundial.

Segunda Guerra Mundial

Durante a guerra, Mansholt participa ativamente na resistência neerlandesa contra os alemães. Começa por esconder pessoas na sua exploração agrícola e distribuir informação clandestina, passando, mais tarde, a gerir uma vasta rede de distribuição de alimentos às pessoas que se encontram na clandestinidade em toda a região ocidental do país. Depois da guerra, em reconhecimento da sua experiência, coragem e capacidades organizativas, é-lhe oferecido o cargo de ministro da Agricultura, das Pescas e da Distribuição Alimentar no novo governo. Aos 36 anos, torna-se o mais jovem ministro dos Países Baixos de sempre.

Recuperação da agricultura

No período imediatamente a seguir à guerra, face à terrível escassez de alimentos e à ameaça de crise alimentar, o cargo de Mansholt revestia-se de extrema importância. Mansholt toma várias medidas para restabelecer rapidamente as reservas

alimentares, apercebendo-se, simultaneamente, da necessidade de uma modernização mais profunda da agricultura a fim de evitar futuras situações de escassez e garantir a sua eficiência. Fixa preços mínimos para os produtos agrícolas mais importantes, conjugando essa medida com a aplicação de impostos sobre a importação e de apoios à exportação. Para fomentar a produtividade, promove o investimento na investigação e no ensino e a fusão das explorações agrícolas em unidades maiores e mais eficientes.

Uma Política Agrícola Comum para a Europa

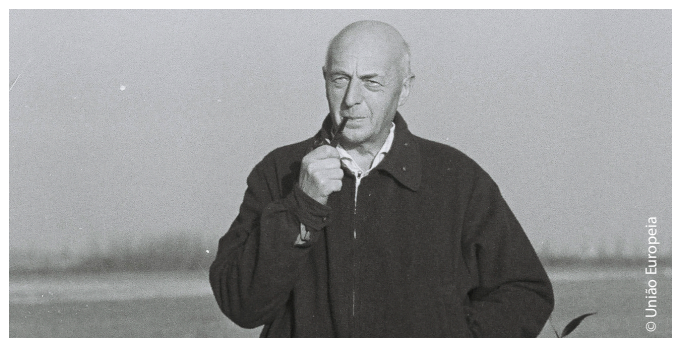
Apoiante convicto do federalismo europeu, Mansholt sonha com uma política agrícola comum para a Europa. Em 1950, elabora um plano de criação de um mercado comum europeu para os produtos agrícolas, com uma estrutura governativa supranacional. O seu plano revela-se demasiado ambicioso para a época e não vinga, mas é posteriormente retomado, servindo de inspiração para a política agrícola da Comunidade Económica Europeia.

Tendo exercido as funções de ministro durante doze anos e meio, Mansholt tem a oportunidade de propor os seus planos com vista a uma política comum quando se torna Comissário para a Agricultura na primeira Comissão Europeia, em 1958. O Tratado de Roma, de 1957, institui a Comunidade Económica Europeia e prevê a criação de um mercado comum na Europa em três etapas de quatro anos cada. Muitos consideram que esse plano para doze anos é demasiado ambicioso, estando provavelmente condenado ao malogro, sobretudo no caso das medidas referentes ao setor agrícola, que suscitam uma grande resistência. No entanto, Mansholt mantém o otimismo e lança mãos à obra. A sua ideia é obter um acordo sobre a conjugação do pagamento de subsídios diretos pelas culturas e as terras aráveis com mecanismos de apoio aos preços, incluindo preços mínimos garantidos e a aplicação de direitos aduaneiros e contingentes pautais às importações de certos bens provenientes de países terceiros. Incentivar-se-ia, assim, o aumento da produtividade agrícola, de modo a garantir um abastecimento alimentar estável e com preços razoáveis para os consumidores e a viabilidade do setor agrícola da UE.

O Plano Mansholt

As suas propostas depararam-se, inicialmente, com bastante oposição por parte dos agricultores e dos seus representantes políticos, que estavam convencidos de que essa abordagem comum ameaçaria a sua subsistência e só as grandes explorações conseguiriam sobreviver. Foi necessário vencer muitos obstáculos para se chegar a acordo sobre uma política europeia comum, mas Mansholt não desiste. Em 1968, a Comissão publica o «Memorando sobre a reforma da Política Agrícola Comum», também denominado «Plano Mansholt». Este plano afirmava, essencialmente, que para a agricultura prosperar, os agricultores tinham de se modernizar. Essa modernização asseguraria a produtividade e permitiria aos agricultores europeus tornarem-se autossuficientes.

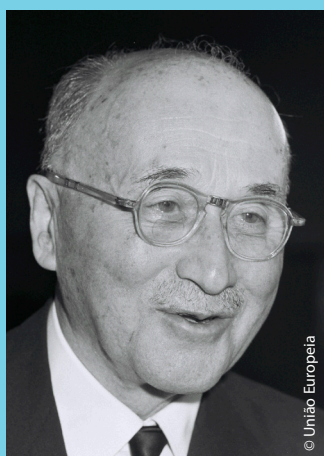
A política agrícola foi muito bem-sucedida no cumprimento do seu objetivo inicial de aumentar a autossuficiência alimentar da Europa. Contudo, ao longo dos seus 50 anos de existência, sofreu grandes mudanças para se adaptar aos novos tempos. Na década de 1970, a PAC tinha funcionado tão bem que era frequente haver excedentes de produtos agrícolas. Na mesma época, Mansholt torna-se um firme defensor da adoção de medidas de proteção do ambiente como elemento fundamental da política agrícola. Sicco Mansholt ocupa o cargo de Vice-Presidente da Comissão entre 1958 e 1972 e é o seu quarto Presidente entre 1972 e 1973.



Enquanto Comissário da Agricultura e agricultor entusiasta, Mansholt abriu caminho para a Política Agrícola Comum

O objetivo de Mansholt era evitar a repetição do terrível inverno de fome que as populações europeias sofreram no fim da Segunda Guerra Mundial. O Plano Mansholt permitiu o restabelecimento da autossuficiência da Europa e da prosperidade da agricultura europeia num período inauditamente curto.

Jean Monnet: a força unificadora por trás do nascimento da União Europeia



Jean Monnet 1888 - 1979

O consultor económico e político francês Jean Monnet dedicou a sua vida à causa da integração europeia, tendo sido o inspirador do «Plano Schuman», que previa a fusão da indústria pesada da Europa Ocidental.

Monnet era oriundo da região de Cognac, em França. Quando terminou o liceu, aos 16 anos de idade, viajou por vários países como comerciante de conhaque e, mais tarde, como banqueiro. Durante as duas guerras mundiais, exerceu cargos importantes relacionados com a coordenação da produção industrial em França e no Reino Unido.

Como consultor de alto nível do Governo francês, foi o principal inspirador da famosa «Declaração Schuman» de 9 de maio de 1950, que conduziu à criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, considerada o ato fundador da União Europeia. Entre 1952 e 1955, foi o primeiro Presidente do órgão executivo daquela Comunidade.

Infância e Juventude

Jean Omer Marie Gabriel Monnet nasce a 9 de novembro de 1888, na cidade de Cognac, em França. Depois de terminar o liceu, aos 16 anos, o pai, que compreende que as extraordinárias competências interpessoais do filho o tornam extremamente apto para uma carreira no comércio internacional, envia-o para Londres, a fim de trabalhar na empresa da família que se dedica ao comércio de conhaque. Com efeito, a partir dessa experiência inicial, Monnet viaja por todo o mundo como homem de negócios respeitado e bem-sucedido.

Tendo demonstrado grande aptidão profissional durante a guerra, aos 31 anos de idade é nomeado Secretário-Geral adjunto da Liga das Nações, quando da sua criação, em 1919. Após a morte do pai, em 1923, regressa a Cognac e consegue recuperar a empresa familiar, que estava em declínio. Nos anos seguintes, a sua experiência em matéria de finanças internacionais leva-o a envolver-se estreitamente na reorganização dos setores financeiros nacionais de vários países da Europa Oriental, como a Roménia e a Polónia, a ser consultor do Governo chinês, prestando assistência na reorganização da sua rede ferroviária, e a ajudar a criar um banco em São Francisco.

Primeira Guerra Mundial

Em 1914, o seu pedido de alistamento nas forças armadas é rejeitado por motivos de saúde. Para poder servir o seu país de outra forma, contacta o Governo francês com uma proposta para melhorar a coordenação do aprovisionamento de guerra com a Grã Bretanha. Essa proposta é aprovada e o Presidente francês nomeia-o intermediário económico entre a França e os seus aliados.

Segunda Guerra Mundial

No início da Segunda Guerra Mundial, Monnet volta a oferecer os seus serviços ao seu país e torna-se presidente de um comité franco-britânico constituído para coordenar a conjugação das capacidades de produção dos dois países. Consegue convencer

os dirigentes britânico e francês, Churchill e De Gaulle, a estabelecerem uma união política completa entre os dois países para combater o nazismo, mas esse plano é abandonado no último momento.

Plano Monnet

Em seguida, Monnet oferece os seus serviços ao governo britânico, que o envia para os Estados Unidos para supervisionar a aquisição de material de guerra. Tendo causado uma forte impressão ao Presidente americano Franklin Roosevelt, depressa se torna um dos conselheiros em quem esse mais confia e insta-o a expandir a capacidade de produção de equipamento militar nos Estados Unidos, antes ainda de os EUA entrarem na guerra.

Em 1943, Monnet torna-se membro do Comité Francês de Libertação Nacional, o governo francês de facto, no exílio, em Argel. É nessa altura que explicita, pela primeira vez, a sua visão de uma união da Europa para restabelecer e manter a paz. Durante uma reunião do comité, a 5 de agosto de 1943, Monnet declara: «Não haverá paz na Europa se os Estados forem reconstituídos com base na soberania nacional (...). Os países europeus são demasiado pequenos para garantir aos seus povos a prosperidade e o desenvolvimento social necessários. Os Estados europeus devem constituir-se numa federação (...)». Em 1944, é encarregado de elaborar o plano nacional de modernização e desenvolvimento destinado a reanimar a economia francesa e a reconstruir o país depois da guerra.



Jean Monnet inaugura a produção de ferro fundido no âmbito da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

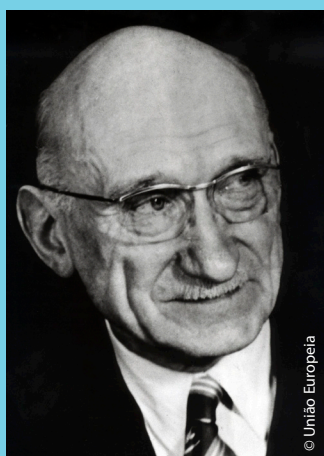
Declaração Schuman

Depois de o seu plano ter sido aceite e executado, Monnet começa a aperceber-se de que a reconstrução e a integração europeias não se estavam a concretizar com a rapidez que pretendia, nem da forma que considerava correta. Face ao aumento das tensões internacionais, Monnet reconhece a necessidade de tomar medidas efetivas com vista à unificação europeia e começa a trabalhar, com a sua equipa, no conceito de uma Comunidade Europeia. A 9 de maio de 1950, Robert Schuman, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, profere a chamada «Declaração Schuman» em nome do Governo francês. Essa declaração, impulsionada e elaborada por Monnet, propunha que toda a produção franco-alemã de carvão e de aço fosse colocada sob uma alta autoridade. Essa proposta assentava na ideia de que, se a produção desses recursos fosse partilhada pelos dois países mais poderosos do continente, evitar-se-ia a ocorrência de futuras guerras. Como os governos da Alemanha, da Itália, dos Países Baixos, da Bélgica e do Luxemburgo responderam favoravelmente, esta declaração lançou as bases da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, que antecedeu a Comunidade Económica Europeia e a União Europeia.

Após o malogro, em 1954, da tentativa de criação de uma “Comunidade Europeia de Defesa”, Monnet funda o “Comité de Ação para os Estados Unidos da Europa”. Constituído para reanimar o espírito da integração europeia, este comité tornou-se um dos principais impulsionadores de muitos dos progressos realizados na via da integração europeia, como a criação do Mercado Único e do Sistema Monetário Europeu, as cimeiras do Conselho Europeu ou a eleição do Parlamento Europeu por sufrágio universal.

Apesar de ter terminado a sua educação formal aos 16 anos de idade e contra todas as probabilidades, Jean Monnet viria a desempenhar muitos papéis: homem de negócios internacional, financeiro, diplomata e estadista. Contudo, nunca foi eleito para qualquer cargo público e, por isso, nunca teve poderes políticos formais para aplicar as suas ideias. Foi através do seu dom de argumentação e persuasão que convenceu os líderes europeus a trabalharem para o interesse comum e a entenderem os benefícios da cooperação.

Robert Schuman: o arquiteto do projeto de integração europeia



Robert Schuman 1886 - 1963

Robert Schuman, político, advogado de alto nível e ministro dos Negócios Estrangeiros francês entre 1948 e 1952, é considerado um dos promotores da unificação europeia.

Schuman nasceu no Luxemburgo, numa região de fronteira entre a França e a Alemanha. Apesar das experiências vividas na Alemanha nazi (ou talvez devido a elas), compreendeu que só uma reconciliação duradoura com a Alemanha podia dar origem a uma Europa unida. Deportado para a Alemanha em 1940, conseguiu fugir e juntar-se à resistência francesa dois anos mais tarde. Apesar disso, nunca manifestou qualquer ressentimento para com a Alemanha quando, após a guerra, se tornou ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em colaboração com Jean Monnet, elaborou o famoso Plano Schuman, que divulgou a 9 de maio de 1950, hoje considerada a data de nascimento da União Europeia. Nesse plano, Schuman propunha o controlo conjunto da produção do carvão e do aço, as matérias-primas mais importantes para a produção de armamento. A ideia fundamental subjacente à proposta era a de que um país que não controlasse a produção de carvão e de aço não estaria em condições de declarar guerra a outro.

Schuman apresentou o seu plano ao Chanceler alemão Konrad Adenauer que, vendo nele imediatamente uma oportunidade para pacificar a Europa, o aprovou. Pouco tempo depois, foi a vez dos governos de Itália, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos reagirem favoravelmente. Os seis países assinaram o acordo constitutivo da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em Paris, em abril de 1951. A União nasceu, assim, de uma iniciativa de paz.

Schuman apoiou também a criação de uma política europeia comum de defesa e foi Presidente do Parlamento Europeu entre 1958 e 1960.

Infância e Juventude

Robert Schuman tem uma origem verdadeiramente europeia: nasce a 29 de junho de 1886 no Luxemburgo, de mãe luxemburguesa e de pai francês, que se torna alemão quando a região onde vive é anexada pela Alemanha. O próprio Schuman nasce com a nacionalidade alemã, mas quando, em 1919, após a Primeira Guerra Mundial, a região da Alsácia-Lorena é devolvida à França, passa a ter a nacionalidade francesa.

Antes da guerra, estuda Direito, Economia, Filosofia Política, Teologia e Estatística nas Universidades de Bona, Munique, Berlim e Estrasburgo, licenciando-se em Direito com a mais alta distinção

pela Universidade de Estrasburgo. Depois da licenciatura, inicia a prática da advocacia em Metz, em 1912. Dois anos depois, deflagra a Primeira Guerra Mundial e Schuman é dispensado do serviço militar por razões médicas. Quando a guerra termina, começa a ter uma vida política ativa, iniciando a sua carreira no serviço público como deputado ao Parlamento francês pela região de Moselle.

Quando a Segunda Guerra Mundial começa, Schuman é ministro-adjunto do Governo francês. Participa ativamente na resistência francesa durante a guerra e é feito prisioneiro. Escapando por

pouco à deportação para o campo de concentração de Dachau, foge para a zona «livre» de França e passa à clandestinidade depois da sua invasão pelos nazis. Durante três anos vive na clandestinidade, desafiando os alemães, que ofereciam uma recompensa de 100 000 Reichsmark pela sua cabeça. Recusa o convite do líder francês no exílio, De Gaulle, para ir para Londres, preferindo ficar com os seus compatriotas na França ocupada pelos nazis.

Depois da guerra, regressa à política nacional, ocupando uma série de cargos de alto nível: ministro das Finanças, primeiro-ministro, em 1947, ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1948 e 1952, e novamente ministro das Finanças, entre 1955 e 1956. Foi um negociador fundamental de importantes tratados e iniciativas, como o Conselho da Europa, o Plano Marshall e a NATO: iniciativas que procuravam reforçar a cooperação no âmbito da aliança ocidental e unificar a Europa. No entanto, Schuman ficou sobretudo conhecido devido à agora denominada «Declaração Schuman», na qual propôs à Alemanha e aos restantes países europeus que conjugassem esforços com vista à união dos seus interesses económicos. Schuman acreditava que a interligação desses interesses tornaria a guerra «não só impensável como materialmente impossível».

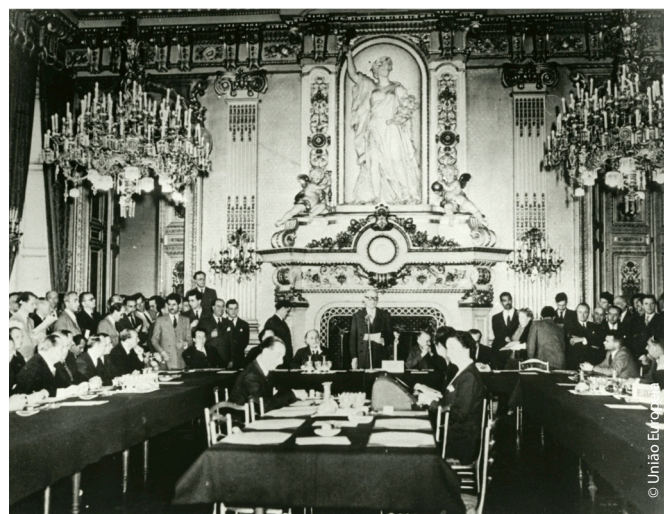
A Declaração Schuman

Num discurso proferido a 9 de maio de 1950, inspirado e, em grande parte, redigido por Jean Monnet, Schuman propôs que se colocasse a produção franco-alemã de carvão e aço sob uma alta autoridade comum. Esta organização ficaria aberta à participação de outros países europeus.

Esta cooperação deveria ser concebida de forma a gerar interesses comuns entre os países europeus, que conduziram a uma integração política gradual, condição necessária para a pacificação das relações entre os países: «A Europa não será feita de uma só vez nem segundo um plano único. Será construída através de realizações concretas que comecem por criar uma solidariedade de facto. A aproximação das nações da Europa exige que o secular antagonismo entre a França e a Alemanha seja eliminado».

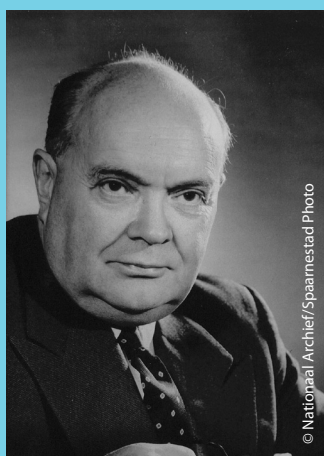
O seu discurso não foi em vão, visto que o Chanceler alemão Konrad Adenauer reagiu rapidamente de forma positiva, o mesmo fazendo os governos dos Países Baixos, da Bélgica, da Itália e do Luxemburgo. Um ano depois, a 18 de abril de 1951, os seis membros fundadores assinam o Tratado de Paris que cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço: a primeira comunidade supranacional da Europa. Esta organização inovadora abriu o caminho para a Comunidade Económica Europeia e, posteriormente, para a União Europeia, que ainda hoje é gerida por instituições europeias inovadoras como as concebidas em 1950.

Robert Schuman continua a defender a causa europeia e torna-se um grande defensor do reforço da integração através da criação de uma Comunidade Europeia de Defesa. Em 1958, é o primeiro Presidente do órgão que antecede o atual Parlamento Europeu. Quando deixa esse cargo, o Parlamento atribui-lhe o título de «Fundador da Europa» e, devido à importância da sua «Declaração de Schuman», o dia 9 de maio é designado «Dia da Europa». Em honra do seu trabalho pioneiro em prol da unificação da Europa, o bairro de Bruxelas onde estão sedeadas várias instituições da União Europeia ostenta o seu nome.



Schuman profere o seu famoso discurso a 9 de maio de 1950, data em cujo aniversário se comemora o nascimento da UE.

Paul-Henri Spaak: um visionário europeu dotado do dom da persuasão



Paul-Henri Spaak 1899 - 1972

Um estadista europeu: a longa carreira política do belga Paul-Henri Spaak faz inteiramente jus a este título.

Mentindo sobre a sua idade, conseguiu ser recrutado pelo exército belga durante a Primeira Guerra Mundial, tendo passado dois anos como prisioneiro de guerra na Alemanha. Durante a Segunda Guerra Mundial, como ministro dos Negócios Estrangeiros, tentou em vão manter a neutralidade belga. Partiu depois para o exílio juntamente com o Governo, primeiro para Paris e, mais tarde, para Londres.

Após a libertação da Bélgica, Spaak desempenhou as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros e de primeiro-ministro. Já durante a Segunda Guerra Mundial, tinha formulado planos para uma união dos países do Benelux e, imediatamente a seguir à guerra, fez campanha pela unificação da Europa, tendo apoiado a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e a Comunidade Europeia de Defesa.

Para Spaak, unir países através de tratados vinculativos constituía o meio mais eficaz de garantir a paz e a estabilidade. Enquanto Presidente da primeira Assembleia Plenária das Nações Unidas, em 1946, e Secretário-Geral da NATO, entre 1957 e 1961, teve oportunidade de contribuir para a realização desses objetivos.

Spaak foi decisivo na redação do Tratado de Roma. Durante a «Conferência de Messina», em 1955, os seis governos participantes nomearam-no presidente do grupo de trabalho responsável pela elaboração do Tratado.

Ascensão na política belga

Paul-Henri Spaak nasce a 25 de janeiro de 1899, em Schaerbeek, na Bélgica, no seio de uma família proeminente e politicamente ativa. O seu avô, Paul Janson, era um membro importante do Partido Liberal e a sua mãe, Marie Janson, socialista, foi a primeira mulher a sentar-se no Senado belga. O seu tio Paul-Emile Janson também era um político notável, que veio a exercer o cargo de primeiro-ministro da Bélgica no final dos anos trinta.

Spaak ingressa no exército belga durante a Primeira Guerra Mundial, mentindo sobre a sua idade. Pouco tempo depois, é capturado pelos alemães e passa os dois anos seguintes num campo de prisioneiros

de guerra. No fim da guerra, decide estudar Direito. Nessa época desenvolve o gosto pelo desporto, chegando a jogar pela equipa de ténis belga no Torneio da Taça Davis de 1922.

Depois de se licenciar, Spaak começa a praticar a advocacia em Bruxelas. Em 1920, torna-se membro do Partido Trabalhista Belga, de cariz socialista. Faz uma ascensão rápida na política nacional e em 1938 ocupa o cargo de primeiro-ministro da Bélgica. Durante a Segunda Guerra Mundial, é ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo belga no exílio em Londres. Quando regressa a Bruxelas, em 1944, exerce funções nos governos do pós-guerra como ministro dos Negócios Estrangeiros e como primeiro ministro. Em 1945, ganha notoriedade a nível internacional ao ser eleito Presidente

da primeira sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Em 1956, é escolhido pelo Conselho da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) para ser seu Secretário-Geral.

Contributo para a Europa

Spaak era famoso pela sua retórica talentosa, sendo alguém que se sabia fazer escutar e tinha a arte da persuasão. Estes dons, conjugados com a sua visão da cooperação europeia, levaram a que fosse uma das personalidades que mais contribuíram para o projeto da integração europeia.

Formação do Benelux

Embora a maior parte da Europa estivesse em ruínas após a Segunda Guerra Mundial, Spaak acreditava que através da cooperação económica e política era possível voltar a ter um continente forte. A guerra mostrou-lhe claramente que unir esforços em prol de um objetivo comum era muito mais produtivo para os países europeus do que digladiarem-se entre si. Spaak é uma das personalidades que hoje consideramos como Os pais fundadores da União Europeia porque compreendeu o potencial da unificação da Europa do pós guerra. A formação do Benelux, em 1944, é disso testemunha.

Enquanto Spaak trabalha a partir de Londres, no continente a guerra continua a espalhar a destruição. Porém, juntamente com os seus colegas dos Países Baixos e do Luxemburgo, Spaak desenvolve um projeto inteiramente novo e muito ambicioso. Em 1944 nasce o Benelux: a união aduaneira entre a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo. Era uma ideia simples, mas nunca vista ou levada à prática anteriormente. Dentro das fronteiras dos três países garantir-se-ia a livre circulação de pessoas, bens, capitais e serviços: uma inspiração para a futura integração europeia.

A Conferência de Messina

Em 1955, a Conferência de Messina, que reúne os dirigentes europeus, escolhe Spaak para presidir a um comité (o «Comité Spaak») incumbido de elaborar um relatório sobre a criação do

mercado comum europeu. Nessa conferência, os três Estados do Benelux propõem o relançamento da integração europeia com base num mercado comum e na integração nos setores dos transportes e da energia atómica. Este documento, que ficou conhecido por «Relatório Spaak» serviu de base à Conferência Intergovernamental sobre o Mercado Comum e a Euratom, em 1956, e conduziu à assinatura dos Tratados de Roma, a 25 de março de 1957, que instituíram a Comunidade Económica Europeia em 1958. Spaak assina o tratado em nome da Bélgica.

Ao longo de toda a sua vida política, Spaak defende energicamente a importância da integração europeia e a independência da Comissão Europeia: «A Europa do futuro deve ser uma Europa supranacional», declara ao rejeitar o «Plano Fouchet» do Presidente de Gaulle, em 1962, o qual pretendia bloquear a entrada da Grã-Bretanha nas Comunidades Europeias, comprometendo a sua base supranacional. A unidade europeia que Spaak tem em mente é, sobretudo, económica. O estadista belga desejava uma unificação política, mas não exclusivamente baseada nos países do Mercado Comum, opondo-se, por isso, à adoção de novas medidas até a integração económica da Grã-Bretanha na união ter tido lugar. Spaak retira-se da vida política em 1966 e morre em Bruxelas, em 1972.

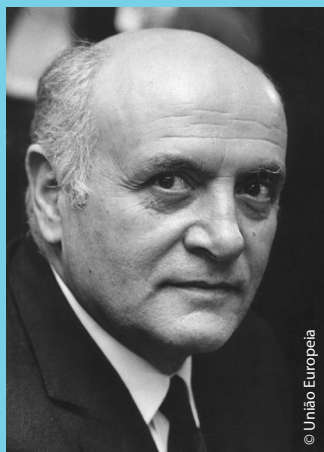


Spaak assina um tratado europeu em nome da Bélgica em 1965

Um europeu convicto

Paul-Henri Spaak ficou nos livros de história como o impulsionador da integração europeia. Ainda antes do início de qualquer tipo de cooperação económica e política na Europa, acreditou no projeto europeu. Era um europeu convicto, que olhava para além das fronteiras do seu próprio país.

Altiero Spinelli: um federalista inabalável



Altiero Spinelli 1907 - 1986

O político italiano Altiero Spinelli foi um dos pais fundadores da União Europeia e o principal promotor do chamado «Plano Spinelli», uma proposta do Parlamento Europeu relativa a um Tratado para uma União Europeia federal. Esta proposta foi aprovada pelo Parlamento em 1984, por uma esmagadora maioria, e constituiu uma importante fonte de inspiração para a consolidação dos Tratados da UE ao longo das décadas de oitenta e noventa.

Altiero Spinelli aderiu ao Partido Comunista aos 17 anos, facto pelo qual esteve preso, por decisão do regime fascista italiano, entre 1927 e 1943. No fim da Segunda Guerra Mundial, fundou o movimento federalista em Itália.

Altiero Spinelli contribuiu para a unificação europeia na qualidade de conselheiro de personalidades como Alcide De Gasperi, Paul-Henri Spaak e Jean Monnet.

Além disso, promoveu a causa europeia no meio académico, tendo fundado o Instituto para os Assuntos Internacionais em Roma.

Na qualidade de Membro da Comissão Europeia, foi responsável pelos assuntos internos entre 1970 e 1976. Foi deputado pelo Partido Comunista no Parlamento italiano durante três anos, antes de ser eleito deputado ao Parlamento Europeu em 1979.

Infância e Juventude

Altiero Spinelli nasce em Roma a 31 de agosto de 1907, numa família socialista, e ainda muito jovem torna-se militante do Partido Comunista. Em 1926, devido às suas atividades nesse partido, é preso e condenado pelo Tribunal Especial Fascista de Mussolini a 16 anos e 8 meses de prisão. Dez desses anos são passados na prisão e seis no desterro. Ao longo de todo esse período, recusa-se a renunciar aos seus ideais e a manifestar arrependimento, apesar de poder obter desse modo o perdão da pena. Durante o tempo que passa na prisão, estuda afincadamente e torna-se um ardente defensor da integração supranacional. Crítica algumas das posições políticas do Partido Comunista, e a sua desilusão com este último, juntamente com os conhecimentos adquiridos com os seus estudos, levam-no a abandonar os comunistas e a aderir à causa federalista. É durante o período de deportação na pequena ilha de Ventotene que as suas ideias

federalistas começam a ganhar forma, convencendo-se cada vez mais que um movimento federalista à escala europeia ajudaria a combater a força destruidora do nacionalismo.

O Manifesto de Ventotene

Durante o desterro em Ventotene, Spinelli lê as obras de vários teóricos do federalismo. Inspirado pelos seus pensamentos e ideias, elabora, juntamente com outros presos políticos, o Manifesto de Ventotene, no qual expõe os elementos centrais da sua visão federalista e do futuro da Europa. Este manifesto foi um dos primeiros documentos a preconizar a adoção de uma constituição europeia. Inicialmente intitulado «Por uma Europa Livre e Unida», afirma que qualquer vitória sobre as potências

fascistas seria inútil se apenas levasse ao estabelecimento de outra versão do velho sistema europeu de Estados-nações soberanos, meramente organizados em alianças diferentes, o qual conduziria inevitavelmente a uma nova guerra mundial. O manifesto propunha a formação de uma federação europeia supranacional de Estados, cujo objetivo primordial seria interligar os Estados europeus de modo a impossibilitar a deflagração de outra guerra.

O Movimento Federalista

Após o fim do seu desterro em 1943, os escritos de Spinelli são adotados como programa do Movimento Federalista Europeu (Movimento Federalista Europeu), criado no mesmo ano. Ao longo dos restantes anos da década de quarenta e na década de cinquenta, Altiero Spinelli torna-se um firme defensor da causa federalista de uma Europa unida. Durante esse período, critica a falta de progressos nas tentativas de realização da integração europeia. Para Spinelli, a cooperação intergovernamental em organizações como a OCDE e o Conselho da Europa, paralelamente à manutenção de uma plena soberania nacional, não era suficiente, estando, por isso, resolutamente empenhado no reforço da integração. Por exemplo, enquanto conselheiro político do então Primeiro Ministro italiano, Alcide De Gasperi, persuade-o a exercer pressão no sentido da formação de uma Comunidade Europeia de Defesa, que, no entanto, para seu grande desapontamento, nunca se chega a concretizar.

O «Club du Crocodile»

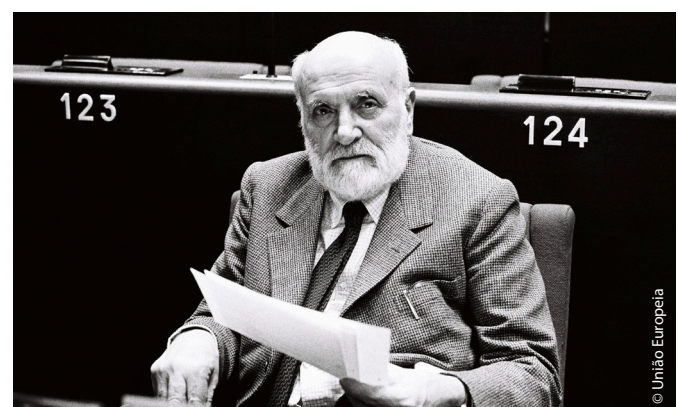
Na década de sessenta, Spinelli é conselheiro do Governo e investigador, tendo fundado o Instituto de Assuntos Internacionais em Roma. Entre 1970 e 1976, é membro da Comissão Europeia. Em 1979, é eleito deputado ao Parlamento Europeu, aproveitando mais uma vez para promover a sua visão federalista da Europa. Em 1980, juntamente com outros deputados ao Parlamento Europeu adeptos do federalismo, funda o «Club du Crocodile», assim denominado devido ao restaurante que então frequentavam em Estrasburgo. O «Club du Crocodile» queria um novo tratado europeu, tendo os seus membros apresentado uma moção para que o Parlamento Europeu criasse uma comissão especial para

elaborar a proposta de um novo tratado da União Europeia, que deveria ser em tudo, menos no nome, uma constituição da Europa.

O Plano Spinelli

Em 14 de fevereiro de 1984, o Parlamento Europeu vota a favor da desta proposta por esmagadora maioria e aprova o «Projeto de Tratado que institui a União Europeia», o chamado «Plano Spinelli». Embora os parlamentos nacionais não tenham adotado o tratado, esse documento serviu de base ao Ato Único Europeu de 1986, que abriu as fronteiras nacionais para o mercado comum, e ao Tratado de Maastricht de 1992, que instituiu a União Europeia. O entusiasmo de Spinelli convence o Presidente francês François Mitterrand a tentar inverter a posição francesa de oposição a qualquer abordagem para a Europa que não fosse uma abordagem intergovernamental. Esta mudança de atitude constituiu o impulso necessário para que vários governos europeus aceitassem fazer avançar ainda mais o processo de integração europeia.

Embora nem todas as suas ideias ambiciosas se tenham tornado realidade, Altiero Spinelli perseguiu irredutivelmente o seu objetivo de um governo europeu supranacional para evitar futuras guerras e congregar os países deste continente numa Europa unida. As suas ideias inspiraram muitas mudanças na União Europeia, nomeadamente o importante reforço dos poderes do Parlamento



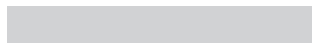
Spinelli no Parlamento Europeu, pouco depois de este ter aprovado o seu plano para uma Europa federal em 1984

Europeu. O movimento federalista ainda hoje organiza reuniões regulares na pequena ilha de Ventotene. Altiero Spinelli morreu em 1986. O principal edifício do Parlamento Europeu em Bruxelas recebeu o seu nome.

The European Union



Estados-Membros da União Europeia (2013)



Países candidatos e potenciais candidatos

Os pais fundadores da União Europeia

Há mais de meio século, um certo número de líderes visionários inspiraram a criação da União Europeia onde vivemos hoje. Sem a sua energia e motivação, não estaríamos a viver na esfera de paz e estabilidade que hoje consideramos um dado adquirido. De combatentes da resistência a advogados, os fundadores da UE formavam um grupo de personalidades provenientes de diferentes quadrantes que partilhavam o mesmo ideal: a criação de uma Europa pacífica, unida e próspera. A presente brochura descreve o percurso de 11 dessas personalidades. Muitas outras inspiraram o projeto europeu e contribuíram de forma incansável para a sua realização.

Konrad Adenauer
Joseph Bech
Johan Willem Beyen
Winston Churchill
Alcide De Gasperi
Walter Hallstein
Sicco Mansholt
Jean Monnet
Robert Schuman
Paul-Henri Spaak
Altiero Spinelli

Saiba mais

- ▶ No sítio web sobre a **história da União Europeia** pode ver vídeos sobre os fundadores da UE e consultar a respetiva documentação: http://europa.eu/about-eu/eu-history/index_pt.htm
- ▶ **Perguntas sobre a União Europeia?** O serviço **Europe Direct** pode ajudá-lo: 00 800 6 7 8 9 10 11
<http://europedirect.europa.eu>



Serviço das Publicações

doi:10.2775/99451

ISBN 978-92-79-28707-7



9 789279 287077